

Sumário

Apresentação.....	13
Tributo ao Mestre.....	15
Introdução.....	17

CAPÍTULO I

NOÇÕES PRÉVIAS SOBRE NEGÓCIO JURÍDICO E TEORIA GERAL DA INTERPRETAÇÃO

1. Noção de negócio jurídico.....	21
2. A declaração negocial.....	29
2.1. Declaração de vontade vertida em modelo social.....	29
2.2. O processo deliberativo que antecede a declaração negocial....	31
2.3. Caráter preceptivo da declaração negocial.....	33
3. Elementos do negócio jurídico.....	35
3.1. Elementos essenciais, naturais e acidentais.....	35
3.2. O sentido da tripartição dos elementos negociais.....	38
4. Conteúdo do negócio jurídico.....	40
4.1. Conteúdo negocial enquanto regramento de interesses estabele- cido pelas partes do negócio jurídico.....	40
4.2. Conteúdo expreso, conteúdo implícito e conteúdo global do negócio jurídico.....	44
4.3. Conteúdo da regulação objetiva.....	46
4.4. O conteúdo do negócio jurídico enquanto resultado da inter- pretação.....	48
5. O processo interpretativo em geral.....	50

5.1. Objeto da interpretação. Conceito de forma representativa	51
5.2. Sujeitos da interpretação.....	54
6. Os quatro cânones hermenêuticos de Emilio Betti.....	56
6.1. Autonomia hermenêutica.....	57
6.2. Totalidade e coerência da consideração hermenêutica.....	58
6.3. Atualidade do entendimento.....	60
6.4. Adequação do entendimento	62

CAPÍTULO II

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. <i>In claris cessat interpretatio?</i>	65
2. Normas jurídicas interpretativas e seu caráter vinculativo	70
3. O processo de interpretação do negócio jurídico.....	74
3.1. Sujeitos da interpretação.....	74
3.2. Objeto da interpretação: a declaração negocial	75
3.3. Completude da declaração e "enunciados negociais".....	82
3.4. Declaração tácita e comportamento concludente.....	84
4. O resultado da interpretação.....	97
4.1. Conteúdo total do negócio jurídico e suas dimensões.....	97
4.2. Noção de texto do negócio jurídico	99
5. Meios interpretativos: a linguagem e o seu sentido literal	102
6. Meios interpretativos: o contexto verbal	105
6.1. Conceito	105
6.2. <i>Consideranda</i> e outros elementos do preâmbulo negocial	107
6.3. Interpretação conjunta dos contratos coligados	108
7. Meios interpretativos: o contexto situacional ou "circunstâncias".....	111
7.1. Conceito e terminologia	111
7.2. Relevância hermenêutica	113
7.3. Rol exemplificativo de circunstâncias	116
8. O fim do negócio jurídico e seu papel hermenêutico	118
8.1. Conceito. Distinção entre causa e fim do negócio jurídico.....	120
8.2. Identificação do fim negocial. Distinção entre fim e mero motivo	127
8.3. Casos de divergência entre função típica e fim do negócio jurídico	137

9. Pontos de relevância hermenêutica	144
9.1. Negócios jurídicos <i>inter vivos</i> e <i>mortis causa</i>	145
9.2. Negócios jurídicos bilaterais e unilaterais (receptícios e não receptícios).....	147
10. Teoria da vontade, teoria da declaração e interpretação dos negócios jurídicos.....	150

CAPÍTULO III

AS DUAS FASES DO PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. A possível divisão do processo interpretativo	159
2. Fase meramente recognitiva da interpretação	163
2.1. O sentido atribuído pelas partes à declaração negocial	163
2.2. Interpretação dos contratos	167
2.3. O papel das circunstâncias.....	172
3. Fase complementar da interpretação	175
3.1. Lacunas, ambiguidades e obscuridades da declaração negocial.	175
3.2. A vontade hipotética do <i>de cujus</i>	178
3.3. Interpretação objetiva dos contratos e negócios jurídicos <i>inter vivos</i> em geral	179
3.4. Crítica à vontade hipotética. O sentido do negócio no ambiente social	181
4. Interpretação objetiva dos contratos.....	184
4.1. Interpretação à luz da boa-fé objetiva.....	185
4.2. Interpretação conforme os usos	187
4.3. Possível conflito entre a boa-fé e os usos.....	190
5. A divisão do processo interpretativo em alguns sistemas jurídicos estrangeiros	192
5.1. Negócios jurídicos <i>mortis causa</i>	192
5.2. Negócios jurídicos <i>inter vivos</i>	195
5.3. Direito francês: teoria das "cláusulas claras e precisas"	196
5.4. Direito francês: fase interpretativa complementar.....	203
5.5. Direito alemão	205
5.6. Direito português.....	207
5.7. Direito italiano.....	210

5.8. Princípios UNIDROIT	213
6. Interpretação integrativa e integração do negócio jurídico	215
6.1. Conceito de interpretação integrativa	216
6.2. Fontes de integração: normas supletivas, boa-fé e usos	220
6.3. Conceito de lacuna negocial. Limites da interpretação integrativa	224
6.4. Direito italiano.....	230
6.5. Direito alemão. A noção de <i>ergänzende Auslegung</i>	232
6.6. Direito francês	236
6.7. Direito português.....	237
6.8. Princípios UNIDROIT. A noção de <i>implied terms</i>	238
7. Alguns casos da jurisprudência italiana	242

CAPÍTULO IV

O PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO NO SISTEMA BRASILEIRO

1. Principais normas jurídicas interpretativas	251
2. Fase meramente recognitiva da interpretação	253
2.1. Sentido e alcance do art. 112 do Código Civil.....	253
2.2. A intenção consubstanciada na declaração. Do art. 85 do Código de 1916 ao art. 112 do Código de 2002	255
2.3. Intenção, vontade e boa-fé	259
3. Fase complementar da interpretação dos negócios jurídicos <i>mortis causa</i>	261
3.1. Sentido e alcance do art. 1.899 do Código Civil.....	261
3.2. O art. 1.899 do Código Civil como manifestação do <i>favor testamenti</i>	263
4. Fase complementar da interpretação dos negócios jurídicos <i>inter vivos</i> ...	265
4.1. Antecedentes do art. 113 do Código Civil	265
4.2. Interpretação integrativa e integração à luz da boa-fé (arts. 113 e 422 do Código Civil).....	268
5. Interpretação dos negócios de consumo	274
5.1. Extensão do material interpretativo e do conteúdo negocial.....	274
5.2. Interpretação favorável ao aderente e ao consumidor (art. 423 do Código Civil e art. 47 do Código do Consumidor)	276

5.3. Interpretação de cláusulas contratuais gerais	279
6. Análise de jurisprudência.....	282
6.1. As súmulas do STF e do STJ em matéria de interpretação contractual e os seus limites.....	282
6.2. Interpretação e qualificação de contrato de transação (Recurso Especial n. 475.080/MA)	286
6.3. Vedação à interpretação literal do negócio jurídico (Recurso Extraordinário n. 78.946/MG)	287
6.4. Cessão fiduciária de ações e interpretação à luz do fim negocial (Recurso Extraordinário n. 99.640-1/SP)	293
6.5. Interpretação dos contratos coligados	297

CAPÍTULO V

CONSERVAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO POR MEIO DA INTERPRETAÇÃO

1. O princípio da conservação do negócio jurídico	307
1.1. Noção restrita do princípio.....	308
1.2. Crítica à noção restrita.....	311
1.3. Noção ampla do princípio	316
2. Meios para a conservação do negócio jurídico	320
3. Conservação do negócio jurídico por meio da interpretação	327
3.1. A regra da "conservação hermenêutica" e sua atuação na fase interpretativa complementar.....	327
3.2. Dois casos da jurisprudência italiana	329
3.3. Princípio da conservação, fundamento da fase interpretativa complementar	333
3.4. Natureza subsidiária e decisória da regra da "conservação hermenêutica"	335
3.5. Requisitos e limites à conservação por meio da interpretação ...	338
3.6. Fundamentos legais no direito brasileiro	341

CAPÍTULO VI

PECULIARIDADES INTERPRETATIVAS DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS NEGOCIAIS

1. Fatores determinantes da interpretação das categorias negociais	343
--------------------------------------------------------------------------	-----

2. Negócios jurídicos <i>inter vivos</i> e <i>mortis causa</i>	346
2.1. Fatores relevantes.....	346
2.2. O <i>favor testamenti</i>	350
3. Negócios jurídicos unilaterais e bilaterais	353
3.1. Fatores relevantes.....	353
3.2. Extensão do material interpretativo	355
4. Negócios jurídicos a título oneroso e a título gratuito.....	357
4.1. Fatores relevantes.....	357
4.2. Interpretação em favor do devedor (<i>favor debitoris</i>)	359
5. Negócios jurídicos solenes e não solenes.....	360
6. Negócios jurídicos abstratos e causais.....	362
7. Negócios jurídicos "individuais" e concluídos em massa	365
Conclusões	369
Referências	381